



**ASPECTOS
SOCIOANTROPOLÓGICOS**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
UNIDADE 1	5
1.1 SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA COMO CIÊNCIA	5
1.2 ANTROPOLOGIA E ALTERIDADE.....	10
1.3 CONCEITO DE CULTURA	12
1.4 DIÁLOGO ENTRE A ANTROPOLOGIA E A EDUCAÇÃO	17
1.5 DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO.....	21
1.6 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NOVOS MODELOS EDUCACIONAIS	25
UNIDADE 2	28
2.1 SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	28
2.2 SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	32
2.3 EDUCAÇÃO E FAMÍLIA	35
2.4 SALA DE AULA EM UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA.....	37
UNIDADE 3	41
3.1 ESTRUTURA SOCIAL.....	41
3.2 DISPARIDADE SOCIAL.....	43
3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS	45
3.4 EDUCAÇÃO E COTIDIANO NO BRASIL	49
3.5 A PROFISSÃO DE PROFESSOR.....	51
REFERÊNCIAS	56

APRESENTAÇÃO

Prezados alun@s da Faculdade Malta,

A Sociologia e a Antropologia são duas ciências que foram aqui reunidas com o intuito de compor a disciplina Fundamentos Socioantropológicos. O principal objetivo é alicerçar seu capital cultural no que concerne ao conhecimento acerca da cultura, das interações sociais, das relações sociais, dos fatos sociais e das relações com os fenômenos educacionais.

Nesse sentido, a Sociologia, dedica-se a interpretar o homem em suas interações sociais e a Antropologia dedica-se ao estudo do homem enquanto possuidor de uma cultura, de uma crença, de uma simbologia. Desta forma esta disciplina surge com o intuito de ampliar conhecimentos acerca das relações sociais que envolvem o homem, sociedade e educação.

“A educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

UNIDADE 1

OBJETIVOS

- ✚ Reconhecer o desenvolvimento da Sociologia e da Antropologia enquanto ciência;
- ✚ Interpretar o que é alteridade;
- ✚ Definir o conceito antropológico de cultura;
- ✚ Distinguir as diferenças iniciais de objeto entre a ciência sociológica e a antropológica;
- ✚ Apresentar o diálogo entre a Antropologia e Educação;
- ✚ Entender o que é a Diversidade Cultural;
- ✚ Conhecer a Educação Inclusiva no Brasil.

A partir deste momento, você dará início aos estudos sobre a trajetória da Sociologia e da Antropologia, identificando o nascimento dessas ciências. Isto lhe auxiliará a compreender os conceitos e análises acerca da organização da sociedade, bem como de seus fenômenos sociais.

1.1 SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA COMO CIÊNCIA

Na história da humanidade, existiram várias maneiras de organização das sociedades, cada uma se estruturou a seu modo. A Grécia Antiga, o Império Romano e os Persas, denotam exemplos de sociedades com valores próprios, com organização política, social, econômica, cultural, bem distintos (HEERDT, 2006; BARBOSA, 2009).

As sociedades antigas possuíam características peculiares que influenciaram outras sociedades da mesma época, e sociedades modernas, seja na forma de pensar e agir ou no seu legado cultural (HEERDT, 2006; BARBOSA, 2009).

Os séculos XVIII e XIX, na Europa, foram marcados, especialmente, pela Revolução Francesa e Revolução Industrial, que resultaram em um conjunto de transformações que alteraram completamente a economia, a política, e o pensamento dos indivíduos, mudando completamente a forma de se relacionar em sociedade (GIDDENS, 1984).

A Revolução Francesa intensificou as transformações políticas por meio de um movimento conduzido pelos ideais de liberdade e igualdade para todos (Figura 01). Este momento foi conduzido por inigualáveis transformações sociais e políticas, que ocorreram

graças à proclamação de valores como liberdade e igualdade. Além de haver como grande conquista a valorização do indivíduo como cidadão (BALIEIRO, 2014).

Figura 01- Revolução Francesa (Quadro: A liberdade guiando o povo)



Fonte: <https://www.culturagenial.com>

Foi com a Revolução Francesa que as pessoas passaram a ser vistas não apenas como portadoras de deveres, mas também de direitos. Elaborou-se, então, a Declaração Universal dos Direitos dos Homens. É também neste momento que houve o afloramento da transformação mental que vinha acontecendo desde o século XVI (BARRETO, 2012).

No mais, vale refletir que foi esta revolução que tornou possível o progresso na forma de pensar, novas maneiras de produzir e viver em comunidade, além de contribuir para afastar interpretações baseadas em superstições e crenças infundadas, bem como, abrir espaço para a constituição de um estudo científico da sociedade (BARRETO, 2012).

Enquanto que a Revolução Industrial (Figura 02) demarcou um conjunto de invenções e inovações que permitiram alcançar uma enorme aceleração da produção de bens e assegurar um crescimento que foi se tornando rapidamente independente da agricultura (GIDDENS, 1984).

Figura 02. Revolução Industrial



Fonte: <http://revolucionindustrial123456.blogspot.com/>

Nesse período, potencializou-se a transformação da economia, que passou de predominantemente agrária a uma economia industrial, caracterizada pela produção em larga escala e pela generalização do uso da máquina para reduzir tempos e custos de produção (DIAS, 1999).

Tais mudanças trouxeram camponeses à procura de trabalho nas fábricas, formando o proletariado industrial. Assim, as cidades atraíram a indústria, o que impulsionou rapidamente o crescimento da população (DIAS, 1999).

No entanto, o rápido processo de urbanização trouxe consequências desfavoráveis como sérios problemas, como a contaminação do ar, da água e acumulação de detritos humanos e industriais que agravaram as condições de vida da população (DIAS, 1999).

Existiam outros problemas, como a exploração de homens, mulheres e crianças. Todos trabalhavam mais de dezesseis horas de trabalho por dia. Muitos sofriam com a ausência de moradia. O índice de prostituição, alcoolismo, e violência, eram alarmantes, levando a muitas situações de suicídio. Nesse contexto, os grupos de pessoas buscavam interpretar esta nova realidade, movimento que refletiu no surgimento da Sociologia.

Assim, vale salientar que Sociologia é formada por socius, que em latim significa sócio, social; e logos, que em grego significa estudo. Portanto, significa, em sua origem, o estudo do social, ou da sociedade (SILVA, 2017).

Portanto, configura-se como uma ciência que estuda a natureza, as causas e os efeitos das relações que se estabelecem entre os indivíduos organizados em sociedade e preocupa-se com a descrição e a explicação do comportamento social (SILVA, 2017).

Antropologia

A Antropologia teve entre o século XV e XVI, a fase pré-histórica, período caracterizado pelos relatos de viajantes e missionários que, através de suas cartas, diários e relatos, deram à Antropologia suas primeiras fontes (LAPLANTINE, 2009)

Tais fontes, cujos principais representantes aqui no Brasil são Pero Vaz de Caminha (1450-1500) com sua “Carta do Descobrimento do Brasil” do século XVI; Hans Staden (1525-1579) com “Duas Viagens ao Brasil”; Jean de Léry (1563-1613) com “Viagem à Terra do Brasil”, todos do século XVI, foram primordiais para que a Antropologia sistematizasse o seu objetivo traduzido, à época, como o de entender a diversidade cultural dos homens em sociedade (BARRETO, 2012).

Verifica-se que a intenção dos precursores dos antropólogos era a de conhecer a cultura das sociedades primitivas e assim entender os primórdios da humanidade. Desta forma, verificou-se que a história da raça humana era uma só e que para atingir o progresso passava pelos estágios da selvageria e barbárie culminando na civilização (BARRETO, 2012).

As sociedades primitivas serviram para subsidiar a busca pelo conhecimento do homem curiosidade para conhecer o homem. A ideia era de que esses povos pudessem identificar como seria o homem em um estado de natureza. Enquanto a Sociologia voltou suas preocupações às consequências do processo de industrialização nas cidades, a Antropologia voltava seu olhar e sua curiosidade para as populações nativas de territórios ainda pouco conhecidos do ponto de vista científico, como a África, a América e a Oceania (SCHWARCZ, 2005).

Portanto, a Antropologia é a ciência que estuda a origem, evolução, costumes e instituições culturais da espécie humana. Nesse sentido, o seu estudo está voltado para compreender as sociedades humanas, procurando detalhá-las, de modo a entender as suas relações com a natureza, a cultura, o universo psíquico, mitos, rituais, linguagens e peculiaridades (PELLICOLI, 2015).

Os estudos da Antropologia estão divididos em áreas de estudo (Quadro 01). A primeira é a antropologia física ou biológica que surgiu no século XVIII e XIX vinculada ao evolucionismo. Enquanto que a antropologia cultural teve seu surgimento na Antiguidade Clássica com os filósofos gregos e com as primeiras obras de literatura (PELLICOLI, 2015).

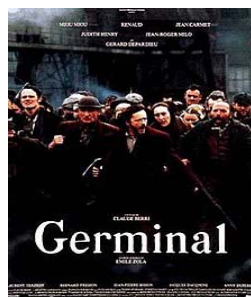
Quadro 01- Áreas de estudo da Antropologia

ANTROPOLOGIA FÍSICA OU BIOLÓGICA	Aborda os aspectos genéticos e biológicos do homem e procura desvendar as diferenças raciais e étnicas, a origem e a evolução da humanidade. Os antropólogos dessa corrente têm como algumas de suas fontes de estudo os fósseis e os comportamentos dos primatas.
ANTROPOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA	Trata do estudo do homem através dos vestígios materiais encontrados no solo ou em inscrições rupestres, buscando construir interpretações sobre sistemas socioculturais já desaparecidos. Neste campo também atuam paleoantropólogos os quais encontram vínculos entre as relações sociais e os significados dos artefatos e instrumentos.
ANTROPOLOGIA LINGÜÍSTICA	Dedica-se ao estudo da linguagem enquanto simbolização da cultura e transmissão da tradição. A linguagem proporciona a atribuição de sentido ao mundo, e representa para a pesquisa antropológica um acesso privilegiado à cosmovisão das sociedades.
ANTROPOLOGIA PSICOLÓGICA	Estudo dos processos e do funcionamento do psiquismo do homem. Em síntese, aborda o papel dos comportamentos psicossomáticos e psicopatológicos, para podermos compreender o ser humano em sua integralidade cultural.
ANTROPOLOGIA CULTURAL OU SOCIAL	Discute o desenvolvimento das sociedades humanas e se especializam na organização social, política e cultural do homem, bem como os seus comportamentos, à origem de sua realização, seus costumes e seus símbolos.

A Antropologia se diferencia porque tem como foco a interconexão e a interdependência de todos os aspectos da experiência humana, em todo lugar, no presente e no passado (GUSMÃO, 2008).

RESUMO

Neste tópico, foi apresentado o surgimento da Sociologia e da Antropologia como ciência. Ao tempo em que discorreu sobre as transformações sociais ao longo da Revolução Francesa e Revolução Industrial. Uma outra abordagem foi a da Antropologia, por ser considerada como ciência de papel importante na sociedade, em especial, por estudar o homem.

Sugestão de Filme**Germinal****1.2 ANTROPOLOGIA E ALTERIDADE**

A Antropologia em um sentido mais abrangente tem por definição o estudo do homem enquanto ser biológico, social e cultural (GUSMÃO, 2008).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento da Antropologia, enquanto ciência social, traz como objeto de estudo a alteridade. Para entender melhor, é importante mencionar, que a análise antropológica é realizada de maneira comparativa entre um homem e o outro (BALIEIRO, 2014).

No convívio em sociedade, o homem está sempre em interação com os outros e com vários grupos, cada um exercendo diferentes papéis sociais, com base nos próprios padrões de comportamento. É nessa convivência que ocorre a alteridade (DEMETERCO, 2018).

Pensar em alteridade é compreender a condição de ser do “outro” e, portanto, é algo que diz respeito ao jogo identidade/diferença (BALIEIRO, 2014).

Dessa forma, alteridade pode ser entendida como prática que consiste em colocar-se no lugar do outro, com intuito de compreendê-lo. É também, interpretar as diferentes culturas (ARAÚJO, 2014; GUSMÃO, 2008).

A noção de alteridade possui uma perspectiva plural e híbrida, que não se enquadra em esquemas explicativos generalizantes, e é sempre flexível. A constituição do mundo moderno, ou como preferem alguns teóricos, pós-moderno, no qual a globalização apresenta para a sociedade uma convivência nem sempre pacífica entre os grupos faz da alteridade palavra-chave para a superação de preconceitos e xenofobias (DEMETERCO, 2018).

O cenário social atual é caracterizado pela impessoalidade e a individualidade, fatores que gera como consequência negativa a intolerância, seja ela, étnica, política, de gênero, entre outras (FLEURI, 2003).

Contudo, é imprescindível ressaltar que a percepção de alteridade vem no sentido de compreender valores, tradições e costumes. Com isso, surge um grande desafio, que é o de encontrar princípios éticos universais que contribuam para despertar no homem o sentimento de respeito mútuo (DEMETERCO, 2018).

O campo de estudos da alteridade foi influenciado tanto pelas situações socioculturais do contexto nacional quanto no âmbito internacional. A realidade e os problemas estruturais, burocráticos, econômicos do Brasil e do mundo também acabaram por afetar o significado de tal noção e, mais amplamente, na área educacional (ORTIZ, 1996).

O mundo globalizado transforma os produtos e as pessoas em entes descartáveis, transformando seres humanos em computadores, vídeo games, e outras tecnologias. Nessa sociedade não há mais espaço para construção de identidades nos moldes tradicionais. As identidades são fluidas, pois a globalização age de maneira paradoxal, ao mesmo tempo, uniformizando e diferenciando grupos culturais e indivíduos no panorama social (ORTIZ, 1996).

RESUMO

Neste tópico, iniciamos uma discussão sobre uma questão primordial para a Antropologia, que é a alteridade. Dessa forma, verificou-se que toda ação humana precisa fazer sentido para seu praticante. E que o grande desafio para o homem é encontrar os princípios éticos que possam contribuir para o despertar de um sentimento de respeito mútuo.

1.3 CONCEITO DE CULTURA

A antropológica vem construindo de forma gradativa sua compreensão de cultura através de um processo de construção histórica e de amadurecimento científico. O primeiro conceito formalizado de cultura, do ponto de vista antropológico, foi elaborado pelo antropólogo inglês Edward Taylor (1997), que consagrou cultura como um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARAIA, 1997).

O conceito elaborado por Taylor foi predominante até o século XX, a partir de então, surge uma infinidade de conceitos. A cultura é definida como propriedade humana ímpar, baseada em uma forma simbólica, relacionada à comunicação, a vida social, e a qualidade cumulativa de interação humana, permitindo que as ideias, a tecnologia e a cultura material se amontoem no interior dos grupos humanos (MINTZ, 2010).

É importante esclarecer que apesar de não haver um único conceito de cultura, todos os estudiosos sabem o que é cultura, e sabem como se utilizar desse instrumento de análise do homem e da sociedade, mesmo que haja divergências no modo de defini-la. Dentre os conceitos que se tornaram clássicos, temos:

Quadro 2: Diversidade de conceitos de Cultura

ANO	AUTORES	CONCEITO
1936	Ralph Linton	É a organização de idéias, reações emocionais condicionadas e padrões de comportamento habitual que seus membros adquirem pela instrução ou pela imitação de que todos, em maior ou menor grau, participam.
1938	Franz Boas	A totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social.
1944	Bronislaw Malinowsky	O todo global consistente de implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de idéias e ofícios humanos, de crenças e costumes.
1949	Robert Redfield	Conjunto de entendimentos convencionais manifestos em atos e artefatos que caracteriza o ser em sociedade.

1952	A. L. Kroeber & C. Kluckhohn	São padrões, explícitos e implícitos, de comportamento adquiridos e transmitidos por símbolos, que constituem as realizações distintivas dos grupos humanos, inclusive suas incorporações em artefatos. As ideias tradicionais e os valores podem ser considerados como produtos de ação, e tornam-se elementos condicionantes da ação futura de cada indivíduo.
1958	Roger Keesing	São sistemas de padrões de comportamento que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social, organização política, crenças, práticas religiosas.
1959	Leslie White	Conjunto de ferramentas, utensílios, língua, hábito, instituições, rituais, objetos, sentimentos, atitudes, que todos os povos possuem.
1973	Clifford Geertz	Mecanismos de controle que variam desde planos, receitas, regras, instituições que servem para governar o comportamento humano.

Fonte: ASSIS, 2008

Vale lembrar, o caráter relacional de cultura sob a análise de duas ciências, a sociologia e a antropologia. A primeira procura entender o homem em interação, ou seja, vivendo em sociedade. Já a segunda, pretende compreender o homem por inteiro, sua produção cultural, a sua totalidade (DEMETERCO, 2018).

A cultura numa perspectiva antropológica resulta de um processo de construção histórica, assim como do amadurecimento científico no campo da análise social, fruto da necessidade de entendimento do que é ser humano (ASSIS, 2008).

Dessa forma, o pensar antropológico concede a ideia de que o homem inicia uma nova forma de observar o mundo, passa a renovar seu modo de pensar, baseado no agir com alteridade. Essa nova concepção traz a assertiva de que não há hierarquia entre culturas diferentes (DEMETERCO, 2018).

Com base nas ideias já apresentadas, é possível mencionar que a cultura é ampla e complexa, não sendo única, assim como também não há uma mais verdadeira, ou perfeita que outra. A concepção formulada de cultura permite a compreensão dos diferentes hábitos e costumes entre civilizações em diferentes contextos sociais no mundo. A exemplo, Cultura Japonesa, Escocesa, Indiana e Africana (DEMETERCO, 2018).

Figura 7. Espírito Genki- Cultura Japonesa



Fonte: <https://www.japaoemfoco.com/espírito-genki-entusiasmo-e-saude-no-japao>

Figura 8. Uso dos kilts- Cultura Escocesa



Fonte: <https://cultura.culturamix.com/regional/europa/cultura-escocesa>

Figura 9. Taj Mahal - Cultura Indiana



Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/antropologia/cultura-indiana>

Figura 10. Festival de Vodum- Cultura Africana



Fonte: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura>

Cada cultura tem uma expressão peculiar que é transmitida às novas gerações. Nenhuma cultura dominante tem o direito de subordinar àquela minoritária, e nem de negar aos mais novos o conhecimento de tradições e valores que configuram sua identidade. O direito à liberdade e à expressão é base para a convivência baseada no respeito à diversidade (DEMETERCO, 2018).

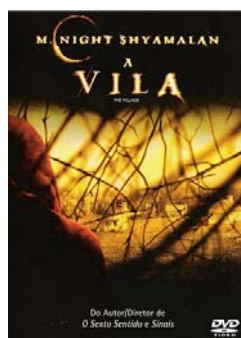
Julgamentos equivocados e preconceituosos de uma sociedade em relação a outra pode ser consequência do fato do homem observar o mundo através da lente de sua cultura. De fato, é necessário tomar como ponto de referência a humanidade e não o grupo ou indivíduo (LARAIA, 2001).

A construção antropológica do conceito de cultura ampliou as possibilidades de entendimento do homem e da sociedade. Nesse contexto, a cultura passa a exercer um papel de destaque nas discussões envolvendo a estrutura e a organização da vida cotidiana das pessoas (ULLMANN, 1991; GODOY; SANTOS, 2014).

RESUMO

Neste tópico, iniciamos uma discussão pelo conceito de cultura. Começamos mostrando a visão de diversos estudiosos sobre o que é cultura e de que forma a utiliza como instrumento de análise do homem e da sociedade. Realizamos também, a cultura numa perspectiva antropológica. Por fim, conseguimos perceber a dimensão do conceito de cultura e sua relevância. Observamos a sua característica de totalidade, e o modo em que está presente em todas as sociedades com seus valores, costumes, crenças e tradições.

Sugestão de Filme



A Vila

1.4 DIÁLOGO ENTRE A ANTROPOLOGIA E A EDUCAÇÃO

A Antropologia nos apresenta a ideia de multiplicidade, isto significa que, ao lado da unidade há algo que pode ser decomposto em várias partes. E, quando se pensa em Educação, podemos fazer uma analogia, no momento em que consideramos a sala de aula como uma unidade, e as diferenças entre os alunos como a multiplicidade. Isso ao considerarmos que cada ser é único e especial, mas várias pessoas formam a coletividade, e esta é marcada pela diversidade (DEMETERCO, 2018).

Nesta perspectiva, a Antropologia contribui para interpretar a relação entre escola, cultura e sociedade. Sobre a educação, é salutar lembrar que existem formas diferentes, que variam com as sociedades, sejam, as tribais, as agrícolas, as operárias, ou burocratas (GUSMÃO, 2008).

A educação se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas, de símbolos de intenções, de padrão de cultura e de relações de poder. As diferentes formas de educação reproduzem, por sua vez, o saber que atravessa esses mesmos grupos sociais, seus códigos sociais de conduta, suas regras laborais, sua arte, religião, artesanato ou tecnologia, tudo o que um povo necessita para reinventar constantemente a vida do grupo e que ajuda a explicar às futuras gerações a necessidade da existência de sua ordem (MARQUES; OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, a Antropologia e educação parecem constituir, hoje, um campo de confrontação, em que a compartimentação do saber atribui à antropologia a condição de ciência e à educação, a condição de prática (GUSMÃO, 2008).

Assim, a antropologia da educação se propõe compreender o ser humano no seu processo de humanização e refletir sobre os sistemas desenvolvidos para a consecução deste fim. Neste sentido, os conhecimentos a respeito do ser humano são relevantes para um adequado desenvolvimento pedagógico (MARTINS; MORAIS, 2005).

A Educação pode fazer uso da Antropologia como uma das ciências da educação com os propósitos de decodificar e analisar valores e universos culturais constituintes tanto da instituição escola como das mais variadas formas de manifestação educacional não formais (MARTINS; MORAIS, 2005).

A Antropologia da Educação procura identificar e interpretar os desdobramentos do conceito de etnocentrismo e relativismo cultural nas relações humanas relacionando-os a exemplos concretos das sociedades contemporâneas (DEMETERCO, 2018).

Etnocentrismo é a visão preconceituosa que cada sociedade ou cada cultura produz, ao mesmo tempo que procura inserir em seus membros normas e valores próprios, característicos. Esse conceito refere-se, ao hábito de julgar uma outra cultura como sendo inferior. E que somente a sua maneira de ser e proceder é correta, e que as demais são erradas (MENESES, 1999).

Assim o etnocentrismo julga os outros povos e culturas pelos padrões da própria sociedade, que servem para aferir até que ponto são corretos os costumes alheios. Desse modo, a identificação de um indivíduo com sua sociedade induz à rejeição das outras (MENESES, 1999).

A Figura 11, representa o Etnocentrismo no Século XVI durante o processo de Colonização da América, momento em que houve o contato dos índios, nativos da região, com os europeus. O modo de vida dos indígenas tem como referências à sua nudez e às moradias em que se instalavam. Não havia autoridades políticas que regulamentassem a vida em sociedade, existia somente a figura de um líder que atuavam em situações pontuais. Destacava-se também a prática da poligamia.

Figura 11- Contato entre os índios e os europeus durante processo de colonização



Fonte: <https://educador.brasilecola.uol.com.br>

Contudo, verifica-se que a dificuldade de convivência entre os povos remonta aos primórdios do homem. A história nos revela em todos os seus períodos traços da percepção negativa de um povo diante de outro, sejam, africanos, americanos, asiáticos ou europeus (ASSIS, 2008).

No entanto, é necessário esclarecer que o etnocentrismo é fruto do desejo de preservar os valores do grupo, a fim de salvar sua identidade cultural. A base do etnocentrismo é ideológica, e toma como parâmetro o comportamento, a língua, o gosto alimentar, a religião. Já o racismo é o contrário, e tem como parâmetro as características físicas ou biológicas e atribui, a partir destas, níveis de superioridade e inferioridade aos povos (ASSIS, 2008).

O caminho pela superação do etnocentrismo usa como parâmetro o fato de que cada povo construiu um modo próprio de vida a partir da busca da satisfação de suas necessidades mínimas, que são as fisiológicas e psicológicas, e tendo como suporte as condições dadas para a sua sobrevivência, que é a natureza, o conhecimento e o domínio do conhecimento (GEERTZ, 1989).

O que Geertz (1989) traz em sua análise é que as diferenças entre as sociedades provêm das formas encontradas pelo homem para se relacionar com a natureza. Afinal, o processo de desenvolvimento do homem e da cultura, nada mais é do que o resultado do aperfeiçoamento da relação do homem com o meio (natureza), ou seja, desde a descoberta do fogo até a formas de organização familiar.

A concepção de relatividade cultural surgiu desta constatação da pluralidade humana. Com a essência de que cada cultura possui características gerais, comuns com outras, entretanto todas as culturas apresentam características que são especificamente suas e tais peculiaridades tornam uma cultura diferente das outras. Dessa forma, constituiu-se o conceito de relatividade cultural, baseado no seguinte pressuposto:

(...) os padrões de certo e errado (valores) e dos usos e atividades (costumes) são relativos à cultura da qual fazem parte. Na sua forma extrema, esse conceito afirma que cada costume é válido em termos de seu próprio ambiente cultural (HOEBEL; FROST, 1999, p. 22)

Sob a perspectiva do relativismo, as práticas culturais passaram a ser percebidas como parte de uma imensa variabilidade, tornando o comportamento humano algo plural, diverso. Diante desta reflexão, verifica-se que comportamentos aceitáveis para um grupo humano, são inaceitáveis para outros (ASSIS, 2008).

Nesse sentido, práticas como o infanticídio, gerontocídio, mutilação genital feminina são inconcebíveis para os orientais. Por outro lado, a forma de conceber a morte, sepultar os mortos, saudar as pessoas, hábitos alimentares, e muitos outros costumes, são considerados estranhos, ou impraticáveis para povos de origem asiática (ASSIS, 2008).

Diante desta realidade, conclui-se que cada povo deve ser entendido a partir do seu próprio modo de vida, de seus padrões, por mais estranhos que possam parecer. Cada grupo humano desenvolve valores e padrões de acordo com a conveniência dos mesmos (ASSIS, 2008).

Laplantine, (1994) traz a reflexão de que o relativismo cultural ensina que a diferença deve ser percebida como sinônimo de diversidade e nunca de desigualdade, e que não devemos usar os padrões da nossa própria cultura para julgar os padrões culturais de outro grupo.

Antropologia e educação constituem hoje, um campo de confrontação em que a compartimentação do saber atribui à antropologia a condição de ciência e a educação, a condição de prática (GUSMÃO, 2008).

Perceber a Antropologia como a ciência que estuda o homem, e que tenta compreender a natureza humana, faz dela uma área do saber com todas as condições necessárias para estabelecer um diálogo produtivo com a educação. Além de ser enriquecedor para o processo ensino aprendizagem e sua contribuição para interpretar a alteridade (DEMETERCO, 2018).

O etnocentrismo e o relativismo cultural propõem um modo reflexivo para o educador compreender melhor a pluralidade da Educação. Infelizmente, na nossa sociedade, em razão da diversidade de cultura, temos uma vivência efetiva de preconceitos gerados pelo etnocentrismo que se reproduzem no ambiente escolar. Alguns rótulos e estereótipos com reflexão etnocêntrica fazem parte do contexto escolar, como velho, negro, surfista, gays e muitos outros (ROCHA, 1988).

Nos dias atuais, verifica-se muitas dificuldades das escolas, em particular, das escolas públicas de periferia, problemas como, violência, a evasão escolar e sua face mais cruel, a exclusão social. A razão disto, historicamente, é que a nossa sociedade e a escola não desenvolvem mecanismos democráticos, perante as diversidades social e cultural (GUSMÃO, 2008).

Muito mais do que entender a relação entre antropologia e educação, deve-se estimular um espaço para debate, reflexão e intervenção, que descreva o contexto cultural da aprendizagem, os efeitos sobre a diferença cultural, racial, étnica e de gênero, até os sucessos e insucessos do sistema escolar em face de uma ordem social em mudança (GUSMÃO, 2008).

Nesse sentido, como ciência e, em particular, a antropologia estive no passado e está no presente, preocupada com o universo das diferenças e das práticas educativas.

RESUMO

Neste tópico, iniciamos uma discussão com os conceitos de Etnocentrismo e Relativismo Cultural. Ambos, pressupõem as formas de perceber o outro, de encarar a diversidade cultural que é própria de nossa condição humana. O etnocentrismo como forma de rejeição, de demarcação de conflitos entre povos diferentes e o relativismo com seu postulado de tolerância e aceitação de nossa multiculturalidade. Vimos ainda, a relação entre Antropologia e sua influência na Educação.

Sugestão de Filme



O Suspeito

1.5 DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO

Na atualidade, questões relacionadas à diversidade cultural estão cada vez mais presentes nas discussões tanto no meio acadêmico quanto no campo escolar. Isto se dá pelo fato de vivermos em uma sociedade formada por várias culturas (MORAIS; VELANGA, 2017).

A população brasileira é formada por pessoas das mais diversas proveniências e cor de pele como branca, a negra e a amarela, resultado das diferentes etnias que habitam o território. Essa ideia é apresentada por Maia, Caldeira e Tosta (2008), ao se referir que diversidade cultural, tem sido apontada como elemento caracterizador de nossa identidade.

Essas características são refletidas no campo escolar, pois é notável a presença de crianças oriundas de várias localidades, e cada uma carrega consigo as características particulares de suas respectivas culturas. Esse fato modifica as relações dentro do contexto educacional, e a escola, bem como, seus professores precisam estar preparados para atenderem a essa demanda (MORAIS; VELANGA, 2017).

A diversidade cultural refere-se à cultura como objeto do conhecimento empírico, reconhecendo conteúdos e costumes de um povo (FLEURI, 2006).

A diversidade cultural se faz presente na sociedade, sendo que cada grupo, cada povo, tem suas peculiaridades, e expressam das formas mais variadas os seus valores culturais. Esses grupos, em diferentes épocas e lugares, se comportam de maneiras distintas e compartilham de uma mesma cultura, atribuindo significados diferentes a objetos e atitudes (RAMALHO, 2015).

Nesse sentido, o homem tem sua história particular, formada pela sua estrutura biológica, social e cultural. A cultura é uma das marcas da sociedade, que se constitui pelo conjunto de regras, ideias, valores, que é transmitido de geração em geração, que se reproduz em cada indivíduo, e gera então um modo peculiar de viver a vida. Não há sociedade desprovida de cultura, cada uma tem suas singularidades (RAMALHO, 2015).

A escola faz parte dessa sociedade e é um local formado por uma população com diversos grupos diferentes, cada um com seus costumes e crenças, e que convivem lado a lado todos os dias, onde o cenário da diversidade se acentua e se desenvolve cada dia mais (RAMALHO, 2015).

Todavia, a escola tem dificuldades para lidar com a diversidade. As diferenças tornam-se problemas ao invés de oportunidades para produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens (MORAIS; VELANGA, 2017).

Em um país como o nosso, a diversidade cultural é bastante expressiva, o que se explica, em grande parte, pelo próprio processo de nossa formação social. Na verdade, essa diversidade é o elemento que caracteriza a identidade do povo brasileiro, pois leva ao reconhecimento de quem somos e das nossas características CULTURAIS (MAIA; CALDEIRA; TOSTA (2008).

No entanto, Moreira (2004) afirma que a escola tem ignorado o conhecimento e as experiências dos grupos sociais cujos padrões culturais não correspondem aos determinados pela cultura-padrão, subsidiada valores da cultura ocidental hegemônica.

Diante do cenário atual, a instituição escolar parece ter dificuldade no reconhecimento da grande parte da população que não se enquadra nos parâmetros determinados por uma concepção universalista de cultura (MOREIRA, 2004).

Nota-se que as questões de gênero, religião, raça/etnia e orientação sexual, direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. Predomina em nossa sociedade atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação (CARRARA, 2009).

A diversidade cultural existente dentro da sala de aula, exige que o professor se preocupe em delimitar seus objetivos com intuito de que os alunos possam interagir, de modo que permita uma troca contínua do grupo. Dessa forma, se faz necessário que o professor leve em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, filtrando quais desses conhecimentos são pertinentes para serem utilizados em sala de aula (CARRARA, 2009).

Sob a premissa de melhor interação dos alunos, torna-se essencial que os educadores estabeleçam um trabalho diversificado nas salas de aula, que envolva atividades em grupos, com o propósito de favorecer a interação entre os alunos (RAMALHO, 2015).

No mais, reconhecer que a escola deve adotar uma postura de mudança, iniciando com a postura de uma educação pautada no reconhecimento das diferenças para prosseguir na construção da igualdade, com objetivo de formar indivíduos atuantes na sociedade com bases consolidadas na democrática (RAMALHO, 2015).

Sendo assim, a escola precisa construir o currículo com base nessa diversidade cultural, e esta ação certamente exigirá do professor a adoção de novas posturas, novos saberes, com objetivos, conteúdos e estratégias, além do já utilizado (CANDAU, 2003).

Pluralidade Cultural

Os dias atuais converge para uma explosão discursiva em torno da chamada pluralidade cultural. Conceitos a ela relacionados, como cultura e identidade, tornaram-se palavras de ordem em diferentes áreas de conhecimento acadêmico, estendendo-se, igualmente, para a esfera política e o campo pedagógico (VARGAS; FREITAS, 2009).

Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional. Assim, como as desigualdades socioeconômicas e às relações sociais discriminatórias (BRASIL, 1998).

A pluralidade cultural é definida como o conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no país, sendo as comunidades indígenas sua expressão maior na nossa cultura (BRASIL, 1997).

A vida social brasileira possui diferentes características regionais. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais diversas, que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas. Os processos migratórios colocam em contato grupos sociais com diferenças de fala, de costumes, de valores, de projetos de vida (BRASIL, 1998).

As escolas do Brasil têm como proposta veicular a ideia de uma nação sem diferenças, formado originalmente pelas três raças, o índio, o branco e o negro, que se dissolveram, dando origem ao brasileiro (BRASIL, 1998).

Com a intenção de reverter o paradigma dos preconceitos, a escola surge como formadora de cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na reestruturação social (CAPELLINI; MACENA, 2018).

Dessa forma, entende-se que a pluralidade cultural possibilita aos estudantes se reconhecerem como grupo social, compreenderem suas origens étnicas e a estruturação de sua cultura, dentro dos aspectos geográficos e históricos. Assim, conhecendo suas ancestralidades e a comunidade onde estão inseridos, criarão laços de cooperação, e passarão a valorizar as diferenças que constituem a população brasileira (SANTANA; SANTOS; SILVA, 2015).

Multiculturalismo

O multiculturalismo no Brasil configurou-se no período pós-colonização, ainda no século XV, devido à gama de etnias com suas representações culturais que foram se miscigenando gradativamente ao longo dos séculos (VAINFAS, 1999).

A presença de portugueses, holandeses e franceses nesse processo, junto às etnias indígenas e durante as invasões deixaram suas representações e raízes culturais que passaram a ser incorporadas (PATARRA; FERNANDES, 2011).

O Brasil historicamente é uma nação pluricultural, formada pela miscigenação de etnias europeias e africanas desde o período colonial com as populações indígenas que habitavam há séculos este território. Porém, a estratificação étnica implantada pelos colonizadores gerou preconceitos que perduram até os dias atuais, cabendo à sociedade contemporânea reverter esse paradigma e transformar a nação em um país de respeito à diversidade étnica e ao pluriculturalismo (CÓRDULA, 2020).

O diálogo entre as várias culturas é possível através do multiculturalismo. No entanto, considera-se que a cultura dos grupos socialmente marginalizados não tem o mesmo espaço nem a mesma valorização que a dos grupos dominantes (CANDAU, 2012).

Desta forma, envolvem relações de poder entre diferentes grupos culturais. As consideradas minorias, em situação de exclusão social, têm desenvolvido lutas multiculturais com vistas ao reconhecimento social. O multiculturalismo é expressão luta, contra os grupos que comprimem a sociedade (ANDRADE, 2009)

Portanto, conclui-se que, para atuar nesse processo, a escola é formadora de cidadãos e opiniões para, junto com a sociedade, a comunidade e as famílias, sensibilizar as novas gerações e romper definitivamente os grilhões dos preconceitos arraigados por gerações passadas e que ainda reverberam na atualidade (CÓRDULA, 2020).

Pesquise sobre as seguintes leis:

Lei 10.639/2003 – introduz História e Cultura Africana e Afro Brasileira no Ensino Fundamental e Médio.

Lei 11.645/2008 – agrega no mesmo pacote a história e a cultura indígena.

RESUMO

Neste tópico, discorreremos sobre **Diversidade Cultural**, com seus conceitos e de que forma pode impactar nas atitudes e comportamentos de espaços escolares. Foi apresentado também, o conceito de **Pluralidade Cultural** e **Multiculturalismo** junto aos desafios da escola e dos educadores na atualidade.

1.6 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NOVOS MODELOS EDUCACIONAIS

A história da educação brasileira, no transcorrer do século XX, teve uma expressiva contribuição da antropologia na produção de saberes docentes. A antropologia foi fundamental para realizar o processo de educação inclusiva no Brasil (DE FREITAS, 2017).

Cada vez mais a escola e seus professores são chamados a enfrentar o grande desafio de atender, com qualidade, a toda a diversidade de alunos. As práticas inclusivas que têm sido levadas a efeito desde as conquistas cidadãs trazidas pela Constituição de 1988 (DE FREITAS, 2017).

Assim, a inclusão foi entendida como garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. E esta, deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001).

No ano de 2001, foram lançadas as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, pela Resolução nº 2/2001 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Esta política se articulou às orientações das organizações multilaterais de financiamento, que defendiam o paradigma da educação inclusiva, de acordo com os preceitos estabelecidos pela Declaração de Salamanca (1994).

Esse fato, ocasionou um avanço para a educação especial, ao instituir pela primeira vez o termo “educação inclusiva” para pautar as ações governamentais realizadas a partir de então, mesmo que as políticas públicas continuassem sendo elaboradas e implementadas sobre a perspectiva da integração (RIBEIRO; SILVA, 2019).

A proposta educacional inclusiva refere-se à promoção da educabilidade, acolhendo no mesmo espaço todos os educandos, respeitando suas diversas políticas, origens étnicas, classes sociais, condições econômicas, numa concepção transformadora de sociedade, na qual o homem se inclui como um sujeito de sua própria história, atuante e participativo, objetivando a participação plena dos sujeitos (CAMARGO, 2017).

Em face a necessidade de adaptação a Educação Nacional, cria-se a lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 2013), determina em seu Art. 4, Incisos I e III:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio; [...]

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2013).

Os alunos que contemplam essa modalidade de ensino são pessoas com deficiência (visual, auditiva, física e intelectual) com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Ela deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e de forma complementar e/ou suplementar (BRASIL, 2015; BRASIL, 2008).

O atendimento educacional especializado (AEE), como proposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. As formas pelas quais se efetivaria o atendimento educacional especializado são apresentadas na Resolução CBE/CNE nº 4, de 2009 (BRASIL, 2009).

Portanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo: a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (ARAÚJO, 2017).

RESUMO

Neste tópico, apresentamos a Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Com isso, foi discutido a proposta educacional inclusiva e os meios que referenciam a promoção da educabilidade.

UNIDADE 2

OBJETIVOS

-  Reconhecer o desenvolvimento da Sociologia da Educação;
-  Conhecer a história da Sociologia da Educação no Brasil;
-  Discutir sobre Educação e Família;
-  Abordar a sala de aula em uma abordagem sociológica.

Nesta Unidade, será discutido brevemente o diálogo que a sociologia vem mantendo com a educação. Trará também, a perspectiva da sociologia frente ao processo educativo. Assim, como haverá a apresentação dos principais conceitos sociológicos de Emile Durkheim e análise do papel da educação na formação dos indivíduos na sociedade.

2.1 SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

A Sociologia é o estudo da vida social humana, dos grupos e das sociedades. Tem como objeto de estudo o comportamento do homem. A abrangência do estudo sociológico é extremamente vasta, incluindo desde a análise de encontros ocasionais entre indivíduos na rua até a investigação de processos sociais globais (GIDDENS, 2004).

Em uma perspectiva voltada ao processo educativo, a Sociologia interpreta, como ação imprescindível para tornar o indivíduo um membro da sociedade, é chamado de socialização, processo pelo qual os homens são capazes de influenciarem uns no comportamento dos outros, modificando-se mutuamente, num processo de interação social (GADOTTI, 2005).

A socialização é um processo de construção, cujos agentes são o ser humano e o grupo social que o cerca. A ideia é de que o indivíduo ao mesmo tempo em que se aproxima da conduta do grupo em que vive, incorporando determinados padrões sociais, age, também, sobre o grupo, tendo a possibilidade de modificá-lo (RODRIGUES, 2004; GADOTTI, 2005).

Com isso, entende-se que o processo educativo é extremamente dinâmico o qual se renova constantemente, pois as ações processuais implicam em recriações constantes (GADOTTI, 2005).

A escola é uma das instituições mais relevantes do contexto social, e tem entre suas funções, destacar a política organizacional e formativa que tem o papel de educar os cidadãos. Isto significa dizer que o projeto educacional de uma escola deve visar, dentre outros objetivos, transmitir o conjunto de valores de uma determinada cultura. Isso possibilita uma coesão e

sincronia entre os indivíduos de uma sociedade de modo a haver um consenso no julgamento moral das ações cotidianas (ROBLE, 2008).

Neste caminho, pensar na escola em uma perspectiva da Sociologia implica, em primeiro lugar, uma reflexão sobre a relação existente entre educação, escola e sociedade. Tomemos como ponto de partida uma das mais brilhantes definições de educação que temos na literatura pedagógica brasileira. Trata-se da ideia de que o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2005).

A educação transmite valores morais que integram a sociedade, por isso, a mudança educacional é importante a partir de dois prismas: pelo reflexo das mudanças sociais e culturais e por ser agente ativo de mudanças que envolvem a sociedade (DURKHEIM, 1975).

Para Durkheim (1975) a educação é uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social. O objeto da educação faz nascer e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto. Para este autor, a educação é estruturada de modo a assegurar a sobrevivência da sociedade.

Neste contexto, percebe-se que a sociologia, enquanto ciência, nasce ao mesmo tempo em que a escola se institucionaliza e é por isso que a sociedade moderna pode ser considerada um marco tanto para a sociologia quanto para a escola (DURKHEIM, 1955).

Nota-se que a educação se organiza enquanto instituição, de acordo com a concepção de Durkheim, para realizar esta função moralizadora da sociedade. A educação deve criar no homem um ser novo. Isto porque o homem nasce como uma tábula rasa e cabe à sociedade agregar ao ser individual uma natureza moral e social (DURKHEIM, 1955).

Contudo, a educação estaria com a responsabilidade de apresentar ao homem as marcas do social, marcas estas que representariam um conjunto de regras, valores, comportamentos e atitudes, essenciais para a manutenção do equilíbrio da sociedade (DURKHEIM, 1955).

A Sociologia possibilita condições, na área educacional, para que as discussões em relação a uma escola de qualidade ainda sejam possíveis. Isso porque, mesmo havendo, de um lado, tendências pedagógicas não críticas, à manutenção e preservação do sistema capitalista, há também, do outro lado, uma tendência progressista, que luta pela transformação social na escola (GOMES, 1994).

Nos dias atuais, a Sociologia da Educação propõe como investigação realizar um mapa da realidade escolar, a fim de que este possa ser analisado e refletido por todos aqueles que se

debruçam sobre os problemas educacionais. Podemos dizer então que a escola e suas relações constituem o objeto privilegiado da sociologia da educação (CUNHA, 2010).

Em análise ao exposto, percebe-se que é na escola que ocorre processos de convivência pública. Grande parte das lembranças do homem está associada à escola, por ser o primeiro contato com a sociedade. Na família, esfera privada, este processo é diferente, existe o apoio e aceitação. Enquanto que na escola, esfera pública, é necessário formar espaços e a viver em conjunto, bem como compreender que existirá a necessidade de interagir com a hierarquia social já estabelecida (ROBLE, 2008).

Percurso histórico da sociologia da educação

A Sociologia da Educação surge no século XIX com um caráter filosófico-sociológico, restrita a manuais didáticos e a reflexões mais generalistas a respeito da educação em nossa sociedade. Apenas em 1960, a Sociologia da Educação despertou para um caráter mais científico, trazendo em seu discurso a tese do capital humano (VAN ZANTEN, 2000).

Nesse sentido, a partir dos anos de 1960, a Sociologia da Educação, iniciou um discurso crítico, que se opunha a uma visão naturalista dos dons e habilidades intelectuais, fortemente presente na teoria funcionalista de Durkheim. Nesta época, países de Primeiro Mundo começaram a se preocupar com a modernização de seus sistemas educacionais. Estavam entrando no período de crescimento econômico acelerado que se seguiu à reconstrução da economia europeia depois da Segunda Guerra Mundial (CUNHA, 2010).

O desenvolvimento econômico fez com que se tornasse necessária uma mão de obra mais qualificada e, de modo geral, uma população com nível de formação mais alto. Este período foi marcado pela produção de vários relatórios de pesquisa financiados pelo Estado em diversos países e marcou uma fase que via a educação como sinônimo de desenvolvimento econômico (CUNHA, 2010).

A partir de 1980, os trabalhos versados nessa área manifestam desejo de compreender melhor o funcionamento interno das instituições de ensino, bem como a experiência dos próprios alunos. A escola tornou-se o local onde se opera a transformação do capital social em capital cultural institucionalizado (CUNHA, 2010).

Émile Durkheim e a educação

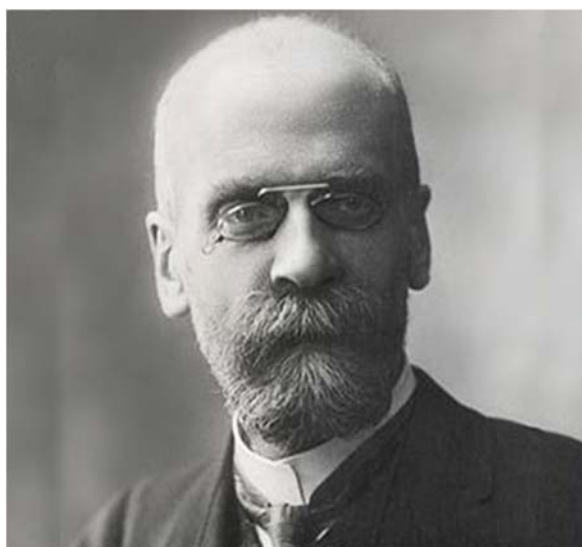
A visão de Durkheim fundamentava-se na ideia de que a educação era o meio de se transmitir valores morais que pudessem integrar a sociedade. Assim, a mudança educacional

tornava-se relevante a partir de dois prismas. O primeiro estava ligado ao reflexo das mudanças sociais e culturais. Enquanto que, o segundo, por ser agente ativo de mudanças que envolvem a sociedade (GOMES,1994).

Durkheim ressalta a função uniformizadora, que visa à integração do indivíduo no contexto da sociedade, na transmissão de valores e no desenvolvimento de atitudes comuns. E a função diferenciadora, que reforça a divisão social do trabalho (GOMES,1994).

Esse pensador via na educação um processo contínuo e o caminho que direcionava à ordem e à estabilidade, conforme determinados valores éticos fossem intitulados em sociedade. A sociologia da educação para Durkheim, seria um esforço no sentido de refletir sobre os processos da ação educativa, com o intuito de conhecer, explicar e exprimir a sua natureza, o que deve ser acompanhado pela observação histórica do seu processo evolutivo e, tendo por base o conhecimento científico da sociedade e da educação (TURA, 2002).

Figura 12. Émile Durkheim



David Émile Durkheim

(Épinal, 15 de abril de 1858-Paris, 15 de novembro de 1917)

Sociólogo, psicólogo social e filósofo francês. Formalmente criou a disciplina acadêmica e, com Karl Marx e Max Weber, é comumente citado como o principal arquiteto da ciência social moderna e pai da sociologia.

Fonte: <https://abdet.com.br/site/emile-durkheim>

RESUMO

Neste tópico, iniciamos uma discussão pelo conceito de sociologia e educação. Apresentamos um breve Percurso histórico da Sociologia da Educação. E finalizamos com a percepção de Émile Durkheim sobre a educação.

2.2 SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao mesmo tempo em que Durkheim, expandia seu pensamento na França, durante a transição dos séculos XIX e XX, o Brasil, inicia suas reflexões de diversas ordens, incluindo o tema da educação. A importação de ideias estrangeiras, sobretudo europeias, prevaleceu neste período de surgimento da sociologia no país (GOMES, 1985).

No Brasil, a sociologia da educação foi oficialmente incorporada nos currículos secundários entre 1925 e 1928 no Colégio Pedro II, escolas oficiais do Exército e institutos de educação. No período do Estado Novo e da ditadura militar, a sociologia da educação sofre um certo refluxo e é temporariamente retirada dos currículos do Ensino Médio (CUNHA, 2010).

A partir da década de 1940, a sociologia da educação passa a ter um caráter acadêmico e forma os primeiros bacharéis da área de ciências sociais (CUNHA, 2010).

Após 1942, a disciplina passa a integrar o currículo dos estabelecimentos públicos em caráter optativo. O projeto da disciplina para o período era o de que esta ajudaria a enfrentar alguns problemas sociais emergentes, criados pelas mudanças sociais em processo, como a crescente industrialização (CUNHA, 2010).

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais, período do Estado Novo. Neste momento da história, houve a mudança do Distrito Federal, a ascensão de Juscelino Kubitschek, renúncia de Jânio Quadros e o governo militar a partir de 1964. Todos estes fatos colaboraram para que a Sociologia se estabelecesse como uma disciplina acadêmica comprometida com pesquisas e análises sociais (FERRARI, 1983).

Na década de 1960, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases nº4.024/1961, a Sociologia retorna à Educação Básica, como foi chamado na Reforma Capanema e se torna disciplina opcional. Nesta mesma década houve a criação da LDBEN/1961 com a participação dos sociólogos e pioneiros Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, entre outros (MORAES, 2011).

O Golpe Militar de 1964 prejudicou parcialmente o esforço de transformação da realidade educacional, que se forjava em estreito vínculo com a produção de conhecimentos e informações sobre o tema da educação (ECKERT, 2002).

Este período ficou marcado como “pessimismo pedagógico”, momento em que a educação, não tendo satisfeito as elevadas expectativas em relação aos seus efeitos sociais, é denunciada como um processo de manutenção do poder estabelecido. Todos estes acontecimentos favoreceram os governos militares a manter o discurso sobre a importância da

educação para o desenvolvimento e empreender inúmeras reformas de caráter conservador (ECKERT, 2002).

Logo a Sociologia começou a sofrer com a repressão nas universidades e sai definitivamente nesse período das escolas básicas. Ao mesmo tempo, como já citado no tópico anterior, ocorreu nesse período uma expansão das universidades (IANNI, 2004).

Em 1980, a Sociologia foi reconhecida como profissão com a Lei 6.888/80 (BRASIL, 1980). A regulamentação só ocorreu quatro anos depois com o decreto 89.531/84 (BRASIL, 1984).

Embora a formação do Sociólogo ocorra em curso de Ciências Sociais, o qual contempla mais duas áreas – a Antropologia e a Ciência Política, a lei não as congratula (BRASIL, 1980).

A lei assegura o exercício da profissão de Sociólogo aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais e aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais com Licenciatura plena realizada até a data da lei, e aos mestres e doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, também diplomados até a data da lei (BRASIL, 1980).

Na década de 1980, com a Lei federal n. 7044/82 (BRASIL, 1982) e a Resolução SE/SP n. 262/83 (SÃO PAULO, 1983), abriu-se a possibilidade de inclusão da Sociologia no então 2º grau como disciplina optativa, e coube à direção de cada escola fazer a escolha em inserir a disciplina na no currículo escolar. (BARBOSA; MENDONÇA; SILVA, 2007).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1996 propõe a inclusão da Sociologia no Ensino Médio e relaciona os seus conhecimentos ao exercício da cidadania, no art. 36, inciso III (BRASIL, 1996).

Em 2006, com o Parecer n. 38/2006, pelo CNE, a Sociologia e a Filosofia retornam às escolas, mas com impasses com o Conselho Estadual de Educação de São Paulo a obrigatoriedade da disciplina veio apenas em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.684/2008 que obriga a alteração da LDB e a implementação da Sociologia e da Filosofia em todas as escolas de nível médio nas três séries, em território nacional (MORAES, 2011).

Após cinco anos de batalha e vencidos os tramites legais (aprovação pelas Comissões de Educação e Cultura e pela de Constituição, Justiça e Cidadania) o PL 1641/2003 apenas foi aprovado e enviado ao Senado no dia 10 de janeiro de 2008. Dia 15 de maio daquele mesmo ano, o Projeto foi aprovado e enviado para sanção presidencial (ZANARDI, 2013).

Desta maneira, o Vice-Presidente da República José de Alencar, no exercício do cargo de Presidente da República, assinou a Lei Ordinária nº 11.684/2008, tornando obrigatória a

oferta das disciplinas Sociologia e Filosofia no currículo do Ensino Médio de todas as escolas brasileiras (ZANARDI, 2013).

Nesse sentido, a Sociologia tem seu papel a desempenhar, colaborando com outras disciplinas, na tentativa de possibilitar ao indivíduo a compreensão do mundo em que está inserido e de suas mudanças, além de proporcionar a evolução íntima e pessoal (ZANARDI, 2013).

Figura 13. Evolução do homem através da educação



Fonte: <https://pesquisaescolar.site/sociologia-da-educacao-no-brasil/>

Verifica-se que a Sociologia da Educação, corrobora com a vertente de que a educação se efetiva no espaço das interrelações entre o homem, sociedade e escola. Atualmente essa disciplina compõe o currículo obrigatório dos cursos de licenciatura e de pedagogia das faculdades de educação (CUNHA, 2010).

RESUMO

Neste tópico, foi apresentado a trajetória da Sociologia da Educação no Brasil, desde seu surgimento no período de 1925 e 1928 no Colégio Pedro II, até a Lei Ordinária nº 11.684 de 2008 que a torna obrigatória como disciplina no Ensino Médio.

2.3 EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

Realizar uma análise de como a família vem sendo tratada pela Sociologia da Educação ao longo de sua história, é trabalho que ainda está em desenvolvimento. Por certo, os elos sociais entre as famílias e a instituição escolar sempre estiveram no centro das preocupações dos sociólogos da educação (VAN-ZANTEN, 1988).

Foi com o final da Segunda Guerra Mundial, com o aparecimento dos primeiros trabalhos de pesquisa empírica, que a Sociologia da Educação adquiriu seu direito de cidadania no campo científico. Esses estudos tiveram seu estopim década de 1950 e perdurou até início dos anos de 1960, e manifestaram como ponto central de interesse a relação educação e classe social (NOGUEIRA, 1995).

Na época, esses estudos buscavam identificar os fatores responsáveis pelas desigualdades de oportunidades, vendo no meio sócio-familiar um poderoso fator das disparidades escolares. E a atenção estava voltada para as características morfológicas do grupo familiar, como quantidade de filhos, sexo, idade (NOGUEIRA, 1995).

Pensar na família como instituição social, é assumir funções que extrapolam a criação e manutenção dos filhos, cônjuges, pois a ela cabe a educação para além da instrução, sendo também responsável pelo ensinamento de cunho moral e ético. De modo que convivam socialmente, estabelecendo relações (BARRETO, 2012).

É verdade que a família se torna principal responsável por mediar às relações indivíduo e sociedade. Um exemplo notório disso pode ser descrito quando uma criança por algum motivo não pode ter sua família genética, ela tem que ser amparada por outra ou por uma instituição que a transmita e ensine valores e condições para sua inserção na vida social (BARRETO, 2012).

Acontece que, as crianças precisam de modelos para entender o modo que devem se comportar em sociedade, e é justamente nesse ponto que encontramos a síncrona relação entre a família e a cultura (BARRETO, 2012).

O pensamento de Durkheim (1973) assinala que a educação é uma ação exercida por gerações adultas sobre gerações infantis. Nesse sentido, os adultos concebem as crianças em seres que precisam ser moldados para habitarem a sociedade na qual nasceram contribuindo para o seu equilíbrio.

Portanto, a educação como ensino institucionalizado, representa um processo que molda os indivíduos para a reprodução das condições que mantêm as classes dominantes no poder. Acrescenta-se ainda que, a escola contribui para a reprodução social na medida em que são

compartilhados conteúdos, normas e valores que permitem a inserção do indivíduo na vida em sociedade, e, ao fazer isso, reproduz os papéis, hierarquias e desigualdades presentes na estrutura social (MOSER; CUBIAK, 2018).

A criação de instituições acolhedoras e educacionais a exemplo das creches, hoteizinhos, maternais, pré-escolas e escolas tornaram-se os novos formadores de cidadãos. Esse processo está diretamente relacionado à participação da mulher no mercado de trabalho, as grandes distâncias que são percorridas até chegar ao trabalho, a carga horária excessiva (BARRETO, 2012).

Acontecimentos cotidianos que levam os pais a grandes surpresas podem ser exemplificados no momento em que uma criança apresenta aos pais conhecimentos que não foram ensinados no convívio familiar. Tal fato ocorre porque a escola tornou-se a instituição social de maior importância em mediação cultural (BARRETO, 2012).

As escolas atuais contemplam em seus currículos, além dos conteúdos tradicionais, temas como orientação sexual, economia doméstica, ecologia, ética, valores morais dentre outros temas que compõem o cotidiano do indivíduo, mas que antes era atribuição da família, o seu ensinamento (BARRETO, 2012).

A ideia de evolução nas relações que ocorrem entre a família e a escola, deu-se no sentido de sobreposição crescente entre esses dois grupos. Tanto a casa como a sala de aula, que eram espaços privados, hoje se tornam espaços abertos onde pais e educadores realizam trocas (TERRAIL, 1997; VAN-ZANTEN, 1988).

RESUMO

Neste tópico, iniciamos uma discussão sobre a relação existente entre escola e família. Foi possível também realizar uma análise de como a família vem sendo tratada pela Sociologia da Educação ao longo de sua história.

2.4 SALA DE AULA EM UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Inicialmente, é importante ressaltar que a sala de aula representava, para Durkheim um importante objeto socializador. Ele fazia analogia ao dizer que uma sala de aula, com efeito, era a representação de uma pequena sociedade. Nessa lógica, a sala de aula era tida como o locus do processo de escolarização e lugar privilegiado de transmissão do saber (CUNHA, 2010). A partir do estudo da sala de aula como uma “pequena sociedade”, pode-se verificar a existência de conflitos e negociações oriundos deste pequeno universo social. Nesse cenário, observa-se a conjuntura de diferentes modos de abordagens interpretativas que variam desde negociações, improvisações, rotinas, até criação de estratégias (SIROTA, 1994).

Por volta da década de 1950, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, as salas de aula, espaços, aparentemente irrelevantes e pouco atrativos, foram submetidos a um processo minucioso de estudo da antropologia da educação e da sociologia da educação (CUNHA, 2010).

Ao momento em que se realiza as vivências no interior das salas de aula, é possível verificar como ocorrem as relações entre alunos e professores, e como essas relações são influenciadas pelo mundo exterior: pela organização escolar, pela gestão, pelas políticas públicas, pela estrutura social, entre outros (MOSER; CUBIAK, 2018).

Neste período, os estudos da Antropologia e da Sociologia passaram a considerar as relações entre alunos e professores. Foi neste momento em que ficou evidente que a relação entre professores e alunos vai além do processo de ensino e aprendizagem. Através destas análises surgiu a concepção de que questões externas à escola exercem influência sobre as relações desenvolvidas dentro desse espaço (MOSER; CUBIAK, 2018).

Portanto, verifica-se que na sala de aula se conformam expectativas e se desenvolvem ações a partir do relacionamento entre os alunos da turma e entre alunos e professores, daí a ideia de uma pequena sociedade neste cenário (MOSER; CUBIAK, 2018).

A sala de aula, deixa de ser vista apenas como um espaço de reprodução teórica e passa a ser percebida também como um espaço de produção de práticas culturais diversas, inclusive práticas de resistência, revelando que a escola não é uma instituição passiva diante das estruturas sociais (CUNHA, 2010).

As sociedades humanas são semelhantes. Essas sociedades buscam manter seu equilíbrio e coesão por meio das instituições e das interações sociais. O espaço da aprendizagem é também um espaço de desigualdades, pois a escola, enquanto instituição, é reprodutora das desigualdades sociais, tendo em vista a divisão de classes, característica do sistema capitalista (OVEIRA, 2001).

Os pressupostos Karl Marx enfatizam as contradições, pertinentes a sociedade capitalista, essencialmente entre as classes sociais, as forças e as relações na produção e ainda no progresso das riquezas e no crescimento da miséria entre a maioria das classes (ARON, 1991).

Para o paradigma marxista a escola é parte da superestrutura social, assim como o Estado ou a família. Desse modo, a educação é constituída de característica que propicia a manutenção da hierarquia social, contribuindo para o controle das classes dominadoras sobre as dominadas, ou seja, o domínio da burguesia sobre o proletariado. Tais ideologias pressupõe que os estabelecimentos das regras são feitos por meio das classes dominantes, a burguesia (MORROW; TORRES, 2002).

A escola contribuiria, desta forma, para o papel de reprodução das desigualdades sociais, reproduzindo estas desigualdades por meios específicos como as avaliações feitas pelos professores e a transmissão de saberes. Através destes instrumentos, é possível dizer que a escola não somente reproduz as desigualdades como também as legitima, transformando-as em diferenças de saber e de competência (CUNHA, 2010).

Esse cenário permitiu compreender a diferenciação entre ensino e aprendizagem e o uso da noção de trabalho escolar, a mudança na forma de compreender a relação de expectativas entre alunos e professores, e a influência de questões sociais, étnicas e de gênero e de que forma estas últimas são vivenciadas no cenário da sala de aula (SPOSITO, 2003).

Alguns aspectos merecem destaque quando nos dedicamos a compreender a sala de aula como objeto de estudo. Como nos mostra Esteban (2006), existe a idealização de um modelo de sala de aula. Local com papéis e processos definidos no qual transitam professores, professoras, que ensinam, e alunos, alunas que aprendem. Observe com atenção as imagens a seguir. A disposição das carteiras, o lugar dos alunos e o lugar do professor.

FIGURA 14. Sala de aula com carteiras dispostas em filas.



Fonte: http://www.adventista.edu.br/_imagens/area

Figura 15. Sala de aula com mesas agrupadas

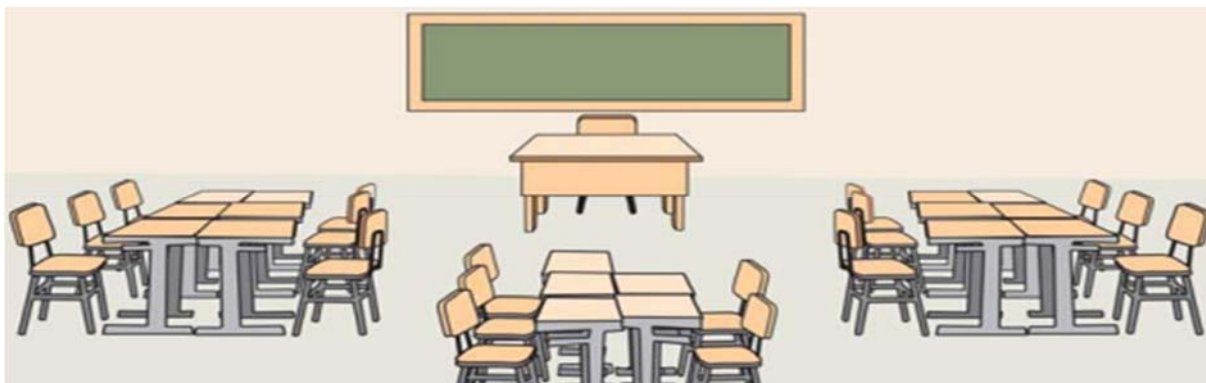


Figura 16. Sala de aula com disposição das cadeiras em círculos



As imagens acima identificam padrões diferentes de salas de aula. A Figura 14, representa o padrão em que as carteiras estão dispostas em fileiras, e neste cenário, o professor fica em posição de destaque em relação aos alunos. Conhecido como método tradicional, nas salas de aula. Com essa disposição se constrói uma visão de unidade e ordem, se delimita o foco de atenção da turma no professor e se espera que os alunos sigam nessa posição e estejam sempre atentos ao professor (MOSER; CUBIAK, 2018).

Percebe-se que diversos são os elementos que dificultam o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos alunos nesse cenário. A necessidade de permanecerem imóveis e na posição de ouvintes desencoraja a construção de um diálogo com o professor e com os colegas, elemento que contribui para a construção do conhecimento e para a valorização dos saberes dos alunos (MOSER; CUBIAK, 2018).

Portanto, o foco no desenvolvimento de atividades individuais e autoridade do professor como detentor único do saber leva, em diversas situações, à construção de obstáculos para o desenvolvimento da solidariedade e da criatividade (MOSER; CUBIAK, 2018).

No modelo apresentado pela Figura 15, sala de aula com mesas agrupadas torna-se útil para a discussão em grupos. Neste modelo os elementos de cada grupo olham-se, falam diretamente uns com os outros. O quadro não é o centro e o professor pode estar em diferentes lugares, acompanhando os diálogos e os trabalhos de cada grupo (TEIXEIRA; REIS, 2012).

Na disposição das cadeiras em círculo, representado pela Figura 16, não é possível indicar o lugar do professor, já que cada lugar está igualmente disposto em relação ao outro, pois, as pessoas estão num mesmo patamar, voltadas para o centro do círculo, podendo olhar e dirigir-se a qualquer outra, sem qualquer dificuldade. De fato, melhora a interação entre alunos, permitindo-lhes conversarem livremente uns com os outros, e minimiza a distância emocional e física entre eles (TEIXEIRA; REIS, 2012).

Por fim, é imprescindível destacar que, o espaço da sala de aula não são apenas carteiras, fileiras ou posições, mas são representações das expectativas em relação ao papel que deverá ser desenvolvido por cada sujeito enquanto estiver na escola. Assim, a organização da sala de aula pode contribuir para a consolidação de práticas de caráter opressor ou para desenvolver a autonomia, o pensamento crítico e a solidariedade (MOSER; CUBIAK, 2018).

RESUMO

Neste tópico, mapeamos a finalidade da sala de aula, local onde escrevem, escutam, refletem, interagem com os seus colegas, aprendem em uma perspectiva sociológica. Foi apresentado a diferença entre a distribuição das carteiras na sala de aula e suas implicações. Também, verificou-se as análises dedicadas aos aspectos da educação na sala de aula permitiram a compreensão da organização do espaço físico, do tempo e das relações sociais presentes nas escolas.

UNIDADE 3

OBJETIVOS

-  Entender Estrutura Social;
-  Abordar a Disparidade Social existente em nossa sociedade;
-  Discutir sobre a importância dos Movimentos Sociais;
-  Conhecer o contexto da Educação e o Cotidiano no Brasil;
-  Entender a profissão de professor;

Esta Unidade, apresentará o modo como está organizada a sociedade, de modo a compreender a sua complexa rede social. Será também, apresentado as diferentes classes sociais existentes e a possibilidade de mobilidade na sociedade capitalista.

3.1 ESTRUTURA SOCIAL

A sociologia traz a concepção de estrutura social como uma organização, um sistema, em que as suas partes estão inter-relacionadas de forma padronizada, separadas por limites. Portanto, as estruturas sociais são dinâmicas e podem ser interpretadas das mais variadas maneiras (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

A partir desta ideia, verifica-se que uma sociedade é um conjunto de pessoas interligadas por algum motivo e a estrutura social é a forma como estão organizadas as partes que compõem a sociedade. Essas partes, ou seja, os indivíduos, os grupos, as comunidades, dentre outras, têm diferentes acessos aos recursos disponíveis e, por isso, estão estratificados econômica e socialmente (BARRETO, 2012).

A estratificação social, por sua vez, é a diferenciação de indivíduos e grupos em posições (status), estratos ou camadas, mais ou menos duradouros e hierarquicamente justapostos (BARRETO, 2012).

No entanto, não existe apenas uma visão sobre quais seriam os aspectos mais relevantes para caracterizar e explicar os padrões de uma dada realidade social (CARDOSO; IANNI, 1973).

Dessa forma, é possível compreender a estrutura social como sendo uma rede complexa de relações sociais. Em analogia, seria o arranjo no qual os elementos da vida social estão

ligados, ou seja, a estrutura seria um mecanismo que interliga as partes do sistema social, garantindo sua coesão (CARDOSO; IANNI, 1973).

Nesse contexto, os membros de uma sociedade são unidos por uma série de deveres e direitos, acordados e praticados por todos, pode-se entender a estrutura de uma cidade como sendo o resultado da interação entre as pessoas, as facilidades de mercado, as agências de transporte e de comunicação e os tipos de funções exercidas, dentre outras características (BARRETO, 2012).

Contudo, comunidade, possui acepção social e espacial. Sendo que cada uma resulta em pluralidade, e em uma identidade própria entre os indivíduos ou grupos que a compõe (BARRETO, 2012).

Ao enveredarmos pelo estudo estrutura social, é tocante citar que existem as desigualdades estruturais, que podem ser muito bem identificadas através das classes sociais. Existe a classe alta, representada por poucos. A classe média com grande número de indivíduos. E, a classe baixa, que é a maior composição (SCALON; SALATA, 2012).

Vale lembrar que nas sociedades anteriores à capitalista, os indivíduos nasciam desiguais e assim viviam. Já no capitalismo, a desigualdade existe desde o nascimento, mas há um discurso que afirma que todos são iguais perante a lei e, mais ainda, que o trabalhador pode prosperar e enriquecer. A igualdade formal (perante a lei) corresponde a uma desigualdade de fato, que se reproduz cotidianamente na sociedade capitalista (BALIEIRO, 2014).

Os limites entre as classes são muito bem demarcados, mas nada que impeça a ascensão ou decadência dos indivíduos que a compõem. É a chamada mobilidade social, afinal, pessoas de diferentes classes podem se casar, jogadores podem ganhar na loteria, um estudante pode superar as dificuldades diárias, formar-se, passar num concurso rentável e estabelecer-se na vida (BARRETO, 2012).

Em resumo, torna-se importante realizar uma análise da constituição histórica das classes sociais, o modo como elas se relacionam e como atuam no processo de produção da vida material e social. As desigualdades socioeconômicas são observáveis no cotidiano, basta olhar para a avenida mais próxima de sua casa, de um lado encontrará pessoas dirigindo carros importados e, de outro, a maioria da população andando de ônibus, trens, bicicleta e a pé (BALIEIRO, 2014).

RESUMO

Neste tópico, apresentamos a ideia de estrutura social, como sendo uma rede complexa de relações sociais. Abordamos o arranjo no qual os elementos da vida social estão ligados, ou seja, a estrutura que se apresenta como um mecanismo que interliga as partes do sistema social, de modo a garantir a sua coesão.

3.2 DISPARIDADE SOCIAL

O processo de industrialização no século XVIII impulsionou o capitalismo, e a implantação das máquinas, e tudo que ela representou, foi decisiva nas relações entre o capital e o trabalho, entre o capitalista, que era o grande patrão, e o trabalhador assalariado. Ambos, principais representantes desta organização (TOMAZI, 1993).

Desaparecem então, os ideais da sociedade medieval para dar novas perspectivas a figura do homem de negócios e do pobre trabalhador que era posto em evidência com o objetivo de exaltar o rico, uma vez que ele poderia fazer o bem a toda sociedade e o pobre, por sua vez, deveria cuidar dos bens do patrão (BARRETO, 2012).

Com o passar do tempo a sociedade torna-se mais complexa, o que ocasiona a necessidade de formas de organização entre os homens, que passam a dividir-se em diferentes grupos sociais, necessitando da regulação de suas ações, através de regras e normas (ELIAS, 1993).

O capitalismo torna-se o alicerce da ordem social moderna. Ainda nessa vertente, pode-se acrescentar ainda, o sistema de organização moderno proporcionou as mudanças necessárias para garantir o desenvolvimento do processo de industrialização e divisão social do trabalho (GIDDENS, 1991)

Nesse contexto, surge a desigualdade social, caracterizada a partir de diferentes fatores, como a forma de viver, de morar, os relacionamentos, a forma de se vestir, de lidar com a vida. O pobre é visto pela sociedade capitalista, como um ser desvalorizado socialmente, um ser desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro (FREIRE, 1989; GUARESCHI, 2005).

Já os ricos, por serem provedores de uma condição financeira mais estável, são indiferentes ou preconceituosos em relação aos pobres. O rico é visto como sujeito ativo das relações, aquele que toma a iniciativa em construir um cotidiano próprio, longe da pobreza (FILHO; GUZZO, 2009).

Por certo, as desigualdades, porém, são frutos das relações contraditórias, sejam elas políticas, econômicas, culturais, e refletem um sistema social no qual a exclusão e a miséria bem como as manifestações folclóricas e eruditas convivem, assim como a riqueza e a bonança (BARRETO, 2012).

O crescente estado de miséria, salários insuficientes, o desemprego, a fome que atinge milhões de pessoas no mundo, a desnutrição, a mortalidade infantil, a marginalidade, a violência, a prostituição, o analfabetismo funcional de um lado e do outro a extrema concentração de renda e tudo que ela pode representar, são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais (BARRETO, 2012).

Portanto, a pobreza é entendida como fruto da ação dos homens, sendo resultado do pensamento e da interpretação da construção da história, da forma como aceitam os padrões mínimos de sobrevivência de cada indivíduo presente na sociedade (WLODARSKI; CUNHA, 2009).

No Brasil, a existência da pobreza não ocorre devido à falta de recursos e sim da desigual distribuição destes. Entendendo, que o Brasil é um país rico, porém, com maiores índices de desigualdade do mundo (FARIA 2000).

As desigualdades, porém, são frutos das relações contraditórias, sejam elas políticas, econômicas, culturais, e refletem um sistema social no qual a exclusão e a miséria bem como as manifestações folclóricas e eruditas convivem, assim como a riqueza e a bonança (BARRETO, 2012).

O crescente estado de miséria, salários insuficientes, o desemprego, a fome que atinge milhões de pessoas no mundo, a desnutrição, a mortalidade infantil, a marginalidade, a violência, a prostituição, o analfabetismo funcional de um lado e do outro a extrema concentração de renda e tudo que ela pode representar, são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil (BARRETO, 2012).

Por certo, este país é a representatividade de diferenças. Seja na cor da pele, no sexo, na cultura ou mesmo na capacidade de obter bens materiais. Pois, a diferença entre os homens

pode ser constatada seja física, cultural ou socialmente. Em nossa sociedade existem indivíduos que vivem em absoluta miséria não tendo sequer o que comer, enquanto que outros vivem em mansões luxuosas e com mesa repleta de uma variedade de alimentos (BARRETO, 2012).

RESUMO

Neste tópico, refletimos sobre as desigualdades, comuns aos olhos de qualquer um, e percebemos que estas assumem feições distintas de sociedade para sociedade, pois são formadas por um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios. Podemos refletir sobre a realidade de muitas sociedades, desde as que possuem muitas riquezas até as que não possuem nem onde morarem.

3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS

Os Movimentos Sociais são compreendidos como ações coletivas de caráter sociopolítico, cultural construídas por atores sociais pertencentes a diferentes grupos, etnias e classes sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 2000).

Para Corrêa (1978), Movimentos sociais, é, simultaneamente, um conceito e um objeto de pesquisa que tem demonstrado uma continuidade dentro da sociologia. Esta autora sugere que o tema das relações raciais está intrínseco na antropologia, e que a genealogia do termo movimentos sociais está enraizado na sociologia.

Movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica (TOURAINÉ, 2003).

Na percepção de Touraine (2003), a sociedade pós-industrial generalizou os conflitos sociais, na medida em que a indústria e fator econômico, passou a privilegiar como elementos chave da produção, o conhecimento e a informação.

Em consequência disso, os conflitos sociais não se concentram apenas nos elementos econômicos, mas também nos culturais. Daí os movimentos feminista, estudantil, dentre outros (TOURAINÉ, 2003).

Desta forma, a definição dos movimentos sociais se dá com três princípios (Quadro 01), o de Identidade, Oposição e Totalidade (TOURAINÉ, 2003).

Quadro 01: Definição dos Movimentos Sociais

Princípio de Identidade	Corresponde à autodefinição do ator social e a sua consciência de pertencer a um grupo ou classe social. Um movimento social só pode se organizar se essa definição for consciente, entretanto a formação do movimento precede essa consciência. É o conflito que constitui e organiza o ator.
Princípio de Oposição	Um movimento só se organiza se puder nomear seu adversário, mas a sua ação não pressupõe essa identificação. O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores.
Princípio da Totalidade	Os atores em conflito, mesmo quando este seja circunscrito ou localizado, questionam a orientação geral do sistema. Um movimento social não é inteligível senão na luta tendo em vista o “controle da historicidade”. Isto é, dos modelos de conduta a partir dos quais uma sociedade produz suas práticas.

(TOURAINÉ, 2003)

Ocorrências violentas acontecem no mundo todo, independentemente do lugar, da economia, do meio social. O que varia é o tipo e o grau da violência. Vários são os assassinatos, estupros, furtos, roubos, incestos, ameaças, dentre outras variáveis da violência que assola a humanidade sem que esta esteja preparada para enfrentá-las (BARRETO, 2012).

Vale salientar que estes movimentos fazem uma combinação entre conflito social e projeto cultural, de modo que estes venham a defender um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social. No entanto, essa definição exclui grande parte das ações coletivas que se apresentam hoje, na medida em que os atores sociais encontram dificuldades para identificar um adversário (TOURAINÉ, 2003).

Um acontecimento nos Estados Unidos em 2020, marcou o mundo, George Floyd, um norte-americano negro que foi morto por policiais. Este fato ocasionou manifestações contra o racismo em várias partes do mundo.

Figura 17: Representação de Manifestação Social nos Estados Unidos



Fonte: <https://www.folhape.com.br>

No Brasil, o ano de 2021, foi repleto de movimentos contra o governo do presidente Jair Bolsonaro. Além de protestarem contra o governo federal, utilizando cartazes e faixas, os manifestantes também pediram mais agilidade na vacinação contra a Covid-19. Romero, et al. (2021), traz em seu estudo, o contexto da pandemia, desnorteador para saúde, e para economia do país.

Figura 18: Manifestantes protestam contra o governo do presidente Bolsonaro



Fonte: <https://g1.globo.com/>

Figura 19: Manifestantes pedem mais agilidade na vacinação contra a Covid-19



Fonte: <https://g1.globo.com/>

Diante deste cenário apresentado, torna-se importante frisar o papel de meios de comunicação, salutar, por ter a capacidade de informar à sociedade sobre quais são seus problemas, e os revelam para que sejam tomados como reais, Ou seja, oferecem uma nova leitura da realidade (MELUCCI, 1999).

É só a partir dessa re-significação que algo pode ser visto como importante. Não atentar para isso em favor de uma exigência de “ações concretas” é fechar os olhos e perder de vista o que de mais interessante os movimentos sociais contemporâneos trazem (MELUCCI, 1999).

RESUMO

Conforme abordado neste tópico, movimentos sociais é, ao mesmo tempo, um conceito e um objeto de pesquisa que tem demonstrado uma continuidade dentro da sociologia. Desta forma, foi oportuno discutir como um grupo de pessoas pode atuar conjuntamente para modificar algum aspecto da sociedade, em busca de uma melhoria, uma solução para o coletivo.

3.4 EDUCAÇÃO E COTIDIANO NO BRASIL

O Brasil apresenta, de forma acentuada, algumas características próprias de países subdesenvolvidos, entre as quais existe índice acentuado de desigualdade na distribuição da renda e imensas deficiências no sistema educacional (GOLDEMBERG, 1993).

Portanto, esses dois problemas elencados estão associados. Não é possível, na atualidade, aumentar substancialmente a renda média de adultos sem instrução, nem se consegue educar adequadamente crianças cujas famílias vivem em situações extremamente precárias (GOLDEMBERG, 1993).

Contudo, ao se traçar uma política educacional, há de se evitar a posição simplista de que se pode resolver o problema da pobreza apenas abrindo escolas. Pobreza e ausência de escolarização são deficiências que somente poderão ser superadas se enfrentadas simultaneamente, cada uma em seu lugar próprio (GOLDEMBERG, 1993).

Cabe ressaltar, que a educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de riqueza cultural. Mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais. Há duas outras razões básicas que incentivam políticas públicas no sentido de promover a educação em geral e, especialmente, a escolarização básica (DIAS; PINTO, 2020).

A primeira delas reside na necessidade de preparação para a cidadania, incorporando à vida nacional grandes massas da população, dando a elas a instrução que lhes permita participar, tanto como eleitores, quanto como usuários dos serviços oferecidos pela sociedade moderna (DIAS; PINTO, 2020).

No mundo todo, a extensão da participação política e do acesso a benefícios sociais, que constituem o cerne da cidadania na sociedade moderna, esteve associada à universalização da educação básica. Numa sociedade democrática, essa universalização torna-se ainda mais necessária, porquanto dela depende o acesso do eleitorado a informações essenciais para a participação política plena e esclarecida (DIAS; PINTO, 2020).

Já a segunda, que se vem manifestando com intensidade crescente, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, reside na alteração do processo produtivo associada ao desenvolvimento tecnológico, o qual exige mão-de-obra cada vez mais qualificada. Um sistema de educação básica que atenda ao conjunto da população é hoje essencial ao desenvolvimento econômico (DIAS; PINTO, 2020).

Ao pensar em uma perspectiva mundial, legisladores, líderes da Educação, políticos locais, regionais e nacionais, famílias e comunidades parecem concordar em um ponto: o que acontece nas salas de aula, durante a Educação Básica, é significativo e influencia o que e como as crianças aprendem, e suas experiências na escola impactam decisivamente não apenas seu futuro, mas também o da sociedade em que vivem (MELLO, 2000; BARRETTO, E. S. S.; MITRULIS).

Como o professor exerce papel fundamental nessa aprendizagem, ele deve receber formação e apoio excepcional tanto de instituições especializadas quanto da escola em que ensina (MELLO, 2000; BARRETTO, E. S. S.; MITRULIS).

Ao tecer uma análise sobre cotidiano escolar, é inicialmente considerar o cotidiano como nova instância ou nível/local empírico. De fato, este cotidiano é algo construído, social e teoricamente como objeto científico (ABDIAN; NASCIMENTO, 2017).

O cotidiano escolar é o espaço de igualdades e diferenças ao mesmo tempo, ao qual ela chama, de “interculturalidade”. A perspectiva intercultural busca promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, ou seja, para o diálogo entre os mais diferentes grupos sociais e culturais, orientada à construção de uma sociedade democrática que articule as políticas de igualdade e identidade (CANDAU, 2008).

Assim, para analisar a escola como espaço de igualdade e de diferença, permite-nos identificar inúmeros campos sobre a escola em sua função, como: o trabalho do gestor escolar, o processo de ensino aprendizagem, a relação professor/aluno, o espaço do professor como espaço de formação, a qualidade do ensino a curto prazo, além das várias dimensões que ocorrem no âmbito escolar que se evidenciam com o estudo do cotidiano (CANDAU, 2008).

A educação demarca as relações culturais no cotidiano escolar e através destas é possível verificar o multiculturalismo, presente na sala de aula, e que na maioria das vezes não são compreendidas, nem analisadas pelos gestores, professores e mesmo pelos alunos, o que pode aumentar o preconceito e consequentemente a violência no âmbito escolar (CANDAU, 2008).

Nesse sentido, existe a necessidade do desenvolvimento de uma educação intercultural, que é uma questão complexa, repleta de tensões e desafios. Pois, exige problematizar diferentes elementos do modo como hoje, em geral, concebemos nossas práticas educativas e sociais (CANDAU, 2008).

Entende-se que a perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do outro, o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais. E esta prática está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008).

RESUMO

A discussão aqui apresentada demonstrou as razões e condições para constituir uma vontade política que privilegie e valorize a educação, foi fácil entender por que, no Brasil, esta vontade tornou-se um fenômeno tardio. Através deste estudo também foi possível compreender a sala de aula e suas características multiculturais, além de entender a necessidade de adquirirem uma perspectiva intercultural, com propósito de uma melhor proposta de educação.

3.5 A PROFISSÃO DE PROFESSOR

O processo de construção da identidade torna-se pauta a ser discutida pela sociologia. E nesta abordagem, identidade pode ser definida como características representativas do carácter de uma pessoa ou de um grupo. Giddens (2002), afirma que, o nome é um marcador importante da identidade individual, e dar um nome é também importante do ponto de vista da identidade do grupo. O gênero, a orientação sexual, a nacionalidade ou a etnicidade, e a classe social são as principais fontes de identidade.

Nesse sentido, a identidade torna-se processo de construção histórica a ser reajustada ao longo das diferentes etapas da vida e de acordo com o contexto em que está inserido. Todavia, a identidade pessoal não é estática, há a possibilidade de mudança de acordo com as sucessivas fases da vida (VIANNA, 1999).

E a identidade profissional do professor se constrói a partir da significação social da profissão, e pelo significado que cada professor, confere à atividade docente de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida. Assim, como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos, e em outros grupos (PIMENTA, 2002).

Cabe ressaltar, que o bom professor é aquele preparado para agir em sala de aula diante de diferentes desafios. Estes devem conduzir os alunos a uma aprendizagem que lhes faça

sentido para vida, tanto pessoal, quanto profissional. Neste sentido, verifica-se que não existe, uma definição única para o perfil docente. Afinal, a todo momento o professor depara com situações singulares e com a singularidade de cada ser humano (MERSETH, 2018).

Figura 20- Professor em tempos de pandemia da covid 19



Fonte: <https://caminoeducation.com/2020/10/15/dia-do-professor/>

Por isso, quanto mais ele tiver referências de episódios reais e repertórios acerca dos conteúdos a ensinar, quanto mais estiver preparado emocionalmente, em termos de autoconhecimento e de relações interpessoais, mais poderosa será sua atuação (MERSETH, 2018).

Figura 21- Professor e aluno com boas relações interpessoais



Fonte: <https://blog.lyceum.com.br/interdisciplinaridade-na-educacao/>

Portanto, para que a aprendizagem escolar seja uma experiência intelectualmente estimulante e socialmente relevante, é indispensável a mediação de professores com empatia, boa cultura geral e domínio dos conhecimentos que devem ensinar e dos meios para fazê-lo com eficácia (MELO, 2000).

Figura 22- Mediação do professor com alunos



Fonte: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/10/15/professores-no-rn-se-adaptam-as-cameras-e-criam-novas-formas-de-ensinar-com-retorno-gradual-das-aulas.ghtml>

Cabe salientar, sobre a situação de formação profissional do professor, pois esta é inversamente simétrica à situação de seu exercício profissional. Quando o professor está se preparando para a docência, inicialmente ele experimenta o papel de aluno, enquanto está na graduação (MELO, 2000).

Com isso, verifica-se que a formação do professor necessita obter como ponto de referência, a simetria invertida entre a situação de preparação profissional e o exercício futuro da profissão (MELO, 2000).

Os professores não são necessários para qualquer projeto pedagógico, pois possuem suas especialidades. O trabalho docente será realizado mediante orientação normativa das diretrizes curriculares nacionais e sob a recomendação dos parâmetros e planos curriculares formulados pelo MEC, pelos sistemas públicos de ensino e pelas escolas privadas (MELO, 2000).

Os modelos ou instituições de formação docente que interessam ao país são, portanto, aqueles que propiciam ou facilitam a constituição de um perfil de profissionais adequados a essa tarefa (MELO, 2000).

No entanto, o processo de atualização e formação docente, não se restringe ao momento da formação inicial, pois se prolonga por todo o trajeto profissional do docente, mediante uma relação dialética, defendida como essencial na prática pedagógica, quando coloca que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2008).

Atualmente existe outro desafio que é colocado ao professor. Seria a multiplicidade do conhecimento e dos seus processos, o que exige que o professor saiba, sobretudo, dominar e compreender as novas linguagens e experiências, bem como saber articulá-las com outra competência, baseada no processo de mediação e diálogo com os alunos (FREIRE, 2008).

Processo em que o professor deve ter um papel essencial, para que a partir da sua intermediação todos possam informar, comunicar, discutir, participar, criar, estimular o acesso a novas linguagens, como forma de ampliar o grau de compreensão e autonomia das vivências dos sujeitos.

Desta forma, conclui-se que o saber docente, se nutre da prática e das teorias da educação, sendo estas, de fundamental importância na formação, pois permite aos sujeitos envolvidos, uma variedade de observações, ocasionando, uma ação contextualizada, oferecendo novos panoramas de análise que possibilitam a compreensão dos diversos contextos vivenciados (PIMENTA, 2002).

Em meio a tais considerações, percebe-se que o papel da formação abrange os processos de criação, envolvimento, reflexão e aprendizagem, à medida que capacita os sujeitos envolvidos para que estes busquem uma postura de pesquisadores e transformadores (PIMENTA, 2002).

O professor deve estar envolvido no processo, principalmente por lembrar que o trabalho docente se torna mais intenso à medida que assume novos requisitos sobre as condições, a natureza e a organização do ensino, o que se caracteriza como potencial desafio para esta carreira profissional (VILLELA, 2007).

RESUMO

Neste tópico foi possível discorrer sobre ser professor, sua formação de identidade, suas atribuições e os desafios encontrados no cotidiano da sala de aula

Sugestão de Filme



Sementes Podres



REFERÊNCIAS

- BALIEIRO, F. F. Aspectos antropológicos e sociológicos da Educação — Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.
- BARBOSA, M. T. Do antigo Oriente Próximo a Roma: uma abordagem da antiguidade – Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009.
- BARRETO, R. A. D. N. Fundamentos antropológicos & sociológicos. / Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. – Aracaju: UNIT, 2012.
- CHARON, J. M. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DEMETERCO, S.M.S. ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO. 1 ed. - Curitiba (PR): IESDE Brasil, 2018.
- DIAS, R. Sociologia e Administração. Campinas: Alínea, 1999.
- GIDDENS, A. Sociologia: uma breve, porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GUSMÃO, N. M. M. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008.
- HEERDT, M. Sociologia das organizações / Moacir Heerdt, Mauri Luiz Heerdt; (adaptação de conteúdo Marciel E. Cataneo); 4ª Ed. – Palhoça : UnisulVirtual, 2006.
- LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. 21 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PELLICIOLI, A. Fundamentos socioantropológicos / Aline Pellicoli, Simone de Oliveira -- Caxias do Sul: NEAD/FSG, 2015.
- SILVA, E; URBANESKI, V. Sociologia: UNIASSELVI, 2017.
- CUNHA, M. A. A. Sociologia da educação / Maria Amália de Almeida Cunha. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1955.
- GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. rev. e atual. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GOMES, Cândido Alberto. A Educação em perspectiva sociológica. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 1994.

ROBLE, O. Escola e sociedade. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

TURA, M.R.L. Sociologia para educadores. 2 ed. Rio de Janeiro. Quartet, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. REVISTA USP, São Paulo, n. 57, p. 210-226, março/maio 2003.

TEIXEIRA, M. T; REIS, M. F. A Organização do Espaço em Sala de Aula e as Suas Implicações na Aprendizagem Cooperativa. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 162-187, mai./ago. 2012.

TERRAIL, J.P. La sociologie de interactions famille/école. Sociétés Contemporaines, 1997.

VAN-ZANTEN, A. H. Les familles face à l'école - rapports institutionnels et relations sociales. Em P. Durning (Org) Education familiale: un panorama des recherches internationales. (pp. 185-207) Paris: MIRE/Matrice, 1988.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 37ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GIDDENS, A. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. São Paulo em Perspectiva [online]. 2000.

MERSETH, K. K. Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro: 22 dilemas vividos por diretores, coordenadores e professores em escolas de todo o Brasil / coordenação Katherine K. Merseeth ; organização Instituto Península. — São Paulo: Moderna, 2018.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, C. Os nós do “nós”: crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VILLELA, E. C. As interferências da contemporaneidade no trabalho docente. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.88, nº 219. p. 229-241. Mai / Ago. 2007.



**Av. Barão de Gurguéia, 3333 - Vermelha
Teresina - Piauí**

f @/maltafaculdade

 www.faculademalta**.edu.br**